

Coluna do Castello

## PDS aceita o diálogo

*Brasília* — Para o Senador José Sarney o Presidente João Figueiredo dispõe de crédito no PDS e nos demais Partidos por seu aplicado esforço em restabelecer as instituições democráticas no país. Por isso mesmo os Partidos, principalmente o PDS, devem contribuir para consolidar as conquistas, prestigiando a política do Presidente. O ponto de estabilidade do regime, a seu ver, está na correspondência do PDS à política do Governo, devendo ser feitos os esforços necessários para evitar crises como a de 1968.

O presidente do PDS não se referiu especialmente ao Decreto-Lei 2045, mas obviamente estava pensando no problema da sua aprovação, que considera essencial para o prestígio da liderança presidencial e o prosseguimento da sua política. A união do PDS impõe-se, segundo o Sr Sarney, por todos os motivos, entre os quais destacou o fato de que a sucessão tem de transitar pelo Partido. Acha o Senador que o Presidente da República não tratou de assuntos como a reeleição ou a eleição direta com deputados ou outros interlocutores, pois se o tivesse de fazer o canal adequado seria o Partido.

A falta de maioria na Câmara está a exigir do PDS manifestação de coesão e poder de liderança a fim de assegurar a predominância dos pontos de vista da política oficial. O Presidente está consciente de que tal missão do Partido é indelegável e extremamente importante e, na sua conversa com o Senador Sarney, inteirou-se do que se passou no PDS na sua ausência. O Presidente não acompanhou os desdobramentos da eleição do diretório e da executiva nacional do PDS, recebendo minucioso relatório do dirigente do Partido.

O Presidente continua sem revelar preferências por candidatos, mas acredita o Senador que ele concluirá em breve sua avaliação e estará apto a fazer uma indicação ao Partido. A partir de agora, disse o Sr Sarney, lembrando uma frase do Sr Antônio Carlos Magalhães, o tempo passa a ser o inimigo.

O presidente do PDS prepara-se para responder no Senado ao discurso que o presidente do PMDB, Sr Ulysses Guimarães, vai pronunciar na Câmara. Para tanto ele já está assessorado por uma comissão que considera de alto nível, composta por antigos Ministros de Estado e ex-Governadores, como os Srs Roberto Campos, Magalhães Pinto, Marco Maciel, Pratinha de Moraes, Rondon Pacheco, alguns deles economistas e empresários, e mais os Srs Jaime Câmara, empresário, Luiz Fayet, antigo assessor do Ministro Rischbieter, Vitor Faccioni, Marcondes Gadelha e Murilo Bararé.

Essa comissão, que assessorará a presidência do Partido em caráter permanente, terá a sua primeira tarefa no estudo da proposta do PMDB, numa indicação de que o Partido oficial e o próprio Governo não desejam que caia no vazio o diálogo proposto pelo principal Partido de oposição. As questões econômicas e políticas que forem postas serão examinadas uma a uma e o Partido, convocado ao debate, comparecerá devidamente articulado.

Outra indicação de que o Governo se dispõe a manter um clima propício à negociação é o convite endereçado pelo Palácio do Planalto a todos os Governadores, sem distinção de Partidos, para assistir ao ato de sexta-feira, quando o Presidente Figueiredo reassumirá o Governo. O discurso que o Presidente se dispõe a pronunciar na ocasião abriria uma nova etapa do processo político e poderá ser o sinal para o aprofundamento da liberalização a que se dedicou na primeira fase.

Se tal ocorrer, deve-se supor que as propostas gerais de uma conciliação, de um consenso ou de uma simples negociação visando a definir estratégia comum relacionada com alguns problemas poderão evoluir já na semana seguinte.